



Plano Anual de Actividades 2006

Fevereiro 2006

Página em branco, por razões de paginação

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS	7
2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER	11
2.1. SOCIEDADE	12
O futuro do <i>e-Learning</i> em Portugal.....	13
O Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal.....	14
O Papel da Sociedade da Informação no aproximar das Regiões.....	15
Promover a inclusão pela via da Sociedade da Informação e do Conhecimento.....	16
Inclusão das Comunidades Migrantes.....	17
Os Contextos lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento	18
A Ética no contexto da Sociedade da Informação.....	19
e-Cultura - A Cultura no contexto da Sociedade da Informação	20
<i>i</i> -Educação - Espaço de inovação na educação.....	21
Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação	22
Os Desafios da Economia da Informação.....	23
Identidade Digital.....	24
Literacia Digital e Certificação de Competências	25
Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento.....	26
A Sociedade da Informação como potenciadora das actividades das ONGs.....	27
Tele-Medicina - Onde estamos e para onde vamos	28
Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade	29
O Consumidor na Sociedade da Informação.....	30

Parlamento Electrónico	31
Usabilidade	32
2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS	33
A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da Sociedade da Informação	34
Fazer crescer o mercado da Sociedade da Informação em Portugal	35
Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação	36
GDD - Gestão de Direitos Digitais	37
<i>Software</i> Livre - Expectativas e realidades	38
As empresas das Tecnologias da Sociedade da Informação e o Plano Tecnológico	39
2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	40
Ponto de situação do <i>e-Government</i> em Portugal	41
<i>e-Justiça</i> - O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação	42
Administração Pública Local - Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação	43
PPP - Parcerias Público-Privado, no contexto da Sociedade da Informação	44
Segurança e privacidade electrónicas no âmbito da Administração Pública	46
Reinventar um grande processo básico da Administração Pública	47
2.4. ACTIVIDADES REGULARES	48
<i>Forum</i> da Arrábida - Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento • Segurança, Privacidade e Identidade Digital	49
Prémios e Homenagens "Sociedade da Informação"	50
Prémio "Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação"	51
Prémio "Editorial APDSI - Sociedade da Informação"	51
Homenagem a "Uma Vida"	52
Internacionalizar a actividade da APDSI	53

Olimpíadas da Informática.....	54
Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento.....	55
Barómetro da Sociedade da Informação	56
Grupo de Alto Nível	57
Grupos especializados no âmbito da APDSI	58
Grupo especializado na área do Comércio Electrónico - GEC	59
Grupo especializado na área da Educação - GEE	59
Grupo especializado na área da Justiça - GEJ	59
Grupo especializado na área da Saúde - GES	59
Boletim Digital da APDSI	60
<i>World Internet Project</i>	61
Prémio “MaisÀFrente”	62
Leis Portuguesas na Sociedade da Informação e do Conhecimento	63
2.5. OUTRAS ACTIVIDADES	64
Bolsa de equipamento informático usado, para fins de natureza social	65
Bolsa de equipamento informático • Definição, Construção e Montagem	66
Bolsa de equipamento informático • Gestão da Bolsa.....	66
Compilação em CD de documentos internacionais de referência no domínio da Sociedade da Informação.....	67
Participação de Portugal na IFIP.....	68
Portal KAFKA	69
Comemorações dos “Dez anos da Sociedade da Informação em Portugal”	70
Livro “A Sociedade da Informação em Portugal”	71
Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”	71
3. CONCLUSÕES.....	73

Página em branco, por razões de paginação

1. OBJETIVOS

Página em branco, por razões de paginação

O Plano de Acções que se apresenta pretende dar continuidade às actividades desenvolvidas pela Associação em anos anteriores e ser a base de referência da intervenção da APDSI, no sentido de estimular e dinamizar acções que possam concretizar as expectativas, oportunidades e os benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer a Portugal.

Num mundo em contínua evolução importa que, de uma forma permanente, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem ou as razões pelas quais muitas outras não se materializam. De uma forma criativa e construtiva obrigamo-nos a contribuir para uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte desse mesmo desenvolvimento.

A necessidade de perspectivar o futuro é uma constante em todos os países em que se acredita que a Sociedade da Informação e do Conhecimento é um dos eixos do desenvolvimento. No caso português, o País poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

Tal como no Plano do ano anterior pretende-se que os resultados das diferentes actividades nas quais se inserem nomeadamente estudos a realizar por especialistas, workshops, manifestos ou cartas de intenções, envolvendo entidades com intervenção determinante na sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Neste Plano de Actividades a organização das iniciativas segue a lógica implícita nos fins a que cada uma se destina. Assim, o primeiro conjunto refere-se a iniciativas orientadas à 'Sociedade', o segundo visa o 'Mercado e as Tecnologias' e o terceiro a 'Administração Pública'. Incluem-se também categorias respeitantes a 'Actividades Regulares' e a 'Outras Actividades' de carácter híbrido.

Algumas das actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só são exequíveis a partir do empenhamento directo por parte dos sócios da APDSI. Os sócios individuais contribuem como capital humano e as empresas em recursos financeiros e também em capital humano. As actividades da Associação são o fruto dessa generosa simbiose.

Este ano pretende-se levar a efeito as comemorações do 5º aniversário da APDSI, que irão decorrer no final de 2006 e início de 2007, englobando um conjunto diversificado de iniciativas. Trata-se de uma aposta, na linha de outras levadas a cabo pela APDSI, que procura contribuir para a construção do futuro, no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, tendo como ponto de partida a nossa memória colectiva que se impõe preservar.

Página em branco, por razões de paginação

2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER

2.1. SOCIEDADE

O futuro do *e-Learning* em Portugal

A utilização conjugada do multimédia e da Internet para conceber e disponibilizar conteúdos formativos e desenvolver competências à distância (“e-learning”) é um dos grandes desafios para os próximos anos.

A organização de classes virtuais e a interacção remota entre os vários participantes vem possibilitar alargar o ensino e a formação profissional a regiões afastadas e converter cada lar ou local de trabalho numa sala de aula.

O ensino à distância cria um novo contexto onde o aluno assume um papel decisivo na gestão do tempo e do seu processo e ritmo de aprendizagem.

Mais do que as ferramentas síncronas ou assíncronas de aprendizagem, a produção de conteúdos formativos em português, constitui um dos factores mais críticos para o sucesso do “e-learning”.

Este estudo visa fazer um ponto de situação e perspectivar o futuro do “e-learning” no nosso país.

O Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal

As tecnologias da informação e comunicação estão a tornar-se num instrumento importante não só na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no reforço da democracia. O grande desafio está em garantir o acesso universal, aumentar a literacia e garantir a confiança para que todos beneficiem deste potencial tecnológico.

A democracia electrónica vai muito para além da votação e disponibilização de informação sobre os candidatos através da Internet, trata-se de uma nova forma de fazer com que o cidadão comum participe em discussões e interações com os poderes políticos, fazendo chegar a sua voz, não apenas durante as campanhas eleitorais, mas também nos períodos intercalares e a propósito dos problemas da sua vida quotidiana.

Pretende-se com este estudo analisar as oportunidades e constrangimentos da utilização dos meios da sociedade da informação no exercício da cidadania activa.

O Papel da Sociedade da Informação no aproximar das Regiões

Apesar de todos os esforços dos vários Governos, e das oportunidades criadas no âmbito da integração europeia, continuamos a assistir a um movimento migratório do interior para o litoral e ao abandono progressivo das localidades mais remotas em favor dos centros urbanos.

Os maiores obstáculos aos esforços no sentido de aproximar as regiões mais desfavorecidas continuam a ser os níveis de educação e de formação dos estratos mais pobres da população.

A sociedade da informação caracteriza-se pela relativização da componente espacial, capacitando as zonas mais remotas com novas formas de acesso à informação, ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Este estudo pretende analisar as possibilidades de exploração das novas tecnologias da informação e comunicação na fixação das populações e no desenvolvimento das regiões mais remotas e desfavorecidas.

Promover a inclusão pela via da Sociedade da Informação e do Conhecimento

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização, e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que é precisamos ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é uma tecnologia capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Se as tecnologias são potencialmente excludoras, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

Inclusão das Comunidades Migrantes

No total, estima-se que residam no nosso país mais de meio milhão de imigrantes, isto é 5% da população residente em Portugal.

É um facto novo, um facto que merece toda a atenção e que deve ser devidamente valorizado, pois uma sociedade rejuvenescida, aberta e multicultural constitui uma riqueza inestimável, se soubermos desenvolver políticas de imigração adequadas. Caso contrário, torna-se num problema político, social e humano inextricável.

Portugal detém um capital de experiência no campo das migrações que não deverá desperdiçar. Sendo um país de emigração, possui uma memória colectiva e uma experiência particularmente viva e rica, mas muitas vezes dramática, da diáspora, que poderão ser capitalizadas na actual situação, em que os papéis se invertem. Trata-se de uma população maioritariamente jovem e na fase activa da sua vida.

Esta é uma mais valia que urge aproveitar no desenvolvimento das políticas nacionais de integração e de acolhimento dos imigrantes.

Com este *workshop*, pretende-se reflectir sobre o papel das tecnologias da Sociedade da Informação, enquanto oportunidade para garantir e dar valor a este processo de integração das comunidades migrantes na sociedade portuguesa.

Os Contextos Lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento

A sociedade da informação e em particular a Internet, tem vindo a alterar de uma forma marcante a utilização do nosso tempo disponível.

De facto os desenvolvimentos ao nível tecnológico de que são exemplos a digitalização da fotografia, do vídeo e do áudio, o aumento crescente das velocidades de processamento e transmissão ou a acessibilidade facilitada a conteúdos existentes nas redes de Banda Larga, tem vindo a reformular e a dinamizar de uma forma acentuada a indústria do entretenimento e do lazer.

Assiste-se assim a uma crescente valorização do uso do tempo nos aspectos lúdicos sejam eles música, vídeo, jogos, conteúdos eróticos, etc. com impactos comportamentais ao nível individual e colectivo.

Este estudo pretende ser um contributo para avaliar o modo e as condições em que o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal poderá possibilitar às empresas e aos cidadãos utilizadores o acesso generalizado a custos razoáveis a serviços lúdicos como condição para que este sector tenha um impacto significativo na economia nacional.

Avaliar os impactos dos novos ambientes digitais no mundo do entretenimento e do lazer, bem como identificar e ajudar a ultrapassar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento deste sector na Sociedade da Informação e do Conhecimento, são outros dos objectivos a atingir neste trabalho.

A Ética no contexto da Sociedade da Informação

A Sociedade da Informação comporta um nível de responsabilidade ético acrescido para todos os seus intervenientes, desde o cidadão às empresas, passando pelas agências governamentais.

O mal ou bem que se quer fazer está multiplicado numa sociedade globalizada e logo o nível de responsabilidade aumenta.

É cada vez mais necessário implementar uma ética que vá além das regras e dos regulamentos, do enquadramento legal desses comportamentos, dos códigos de conduta, pois as questões da ética são algo a interiorizar e não algo que possa ser imposto.

Depois da Conferência organizada pela APDSI em 2004, é altura de se proceder a um estudo sobre as questões da Ética na Sociedade da Informação.

e-Cultura - A Cultura no contexto da Sociedade da Informação

Portugal ocupa hoje no contexto do espaço Europeu um lugar modesto no que diz respeito a padrões desejáveis no domínio cultural.

O desenvolvimento da Sociedade da Informação cria hoje condições de interpenetração e desenvolvimento das diferentes áreas do saber. Por outro lado a Sociedade da Informação é, ela mesmo, um fenómeno cultural já que disponibiliza hoje um *lugar* de conceptualização e visualização de novos espaços e formas culturais sem as restrições do mundo analógico. Hoje podemos imaginar estruturas com ajuda do Ciberespaço (este visto como um meio de expressão tal como o são o lápis, o papel, o pincel, o som, a imagem, etc. e não um fim) que não existem no mundo físico e mapeá-las no nosso espaço mental e serem assim percebidas, por exemplo, como extensões das artes e das culturas tradicionais.

Este trabalho pretende avaliar de que modo a Sociedade da Informação permite potenciar a actividade criativa não só a partir de novas formas de expressão mas ainda através do aparecimento de novas entidades para serem exploradas numa fronteira do espaço cultural.

Temos vindo a ser confrontados com estudos internacionais que identificam, de uma forma inequívoca, a inadequação do sistema educacional, em particular ao nível do ensino básico e secundário, com dificuldade na formação de cidadãos aptos para abraçar as oportunidades e os desafios das sociedades avançadas que têm por base o conhecimento e a capacidade de transformar tal conhecimento em riqueza.

Não é suficiente ligar todas as Escolas à Internet nem tão pouco basta ligar todas as salas de aula, aspiração aliás descrita na primeira medida do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, se continuar a não existir uma visão que enquadre objectivos amplos e claros. Tal implica que a Escola como um todo, deverá dar resposta aos desafios que a ela se colocam nomeadamente, repensar as formas de ensinar e de aprender, os modelos de gestão das escolas e reformular os currícula existentes antecipando necessidades e requisitos das sociedades futuras ou no mínimo, adaptando-os aos tempos em que vivemos.

Assim importa mobilizar as instituições, os cidadãos e as empresas para acções que contribuam para a mudança urgente do actual sistema de ensino em Portugal e, por outro, constituir um fórum permanente e ao mesmo tempo crítico e criativo no domínio da Educação.

Deve ser acentuada a capacidade para “saber fazer” e “saber inovar” na Sociedade da Informação e do Conhecimento, onde a “aprendizagem ao longo da vida” se torna tão evidente e indispensável.

O estudo realizado em 2005 sob o título “e-Educação - O que tem o sector da Educação a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação”, produziu um conjunto de propostas a que a APDSI pretende dar resposta através da realização da presente iniciativa, nomeadamente:

- Concentrar, num DVD, o essencial de boas práticas e de testemunhos mobilizadores de diferentes intervenientes na e-educação;
- Criar um livro que aborde a questão da e-educação de forma mais documental, integrada com o DVD;
- Contribuir/fomentar a criação de um espaço *web* para partilha e divulgação de inovações, de experiências e de boas práticas;
- Realizar uma acção de formação *blend learning*;
- Realizar um seminário para divulgação do projecto.

.....

Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação

.....

A noção de sociedade da informação interioriza, no período histórico que estamos a viver, um conjunto de crenças, mitos e mesmo paradoxos. Estas são expressões ao mesmo tempo de necessidades e aspirações e também de receios, “magias” e contradições, apercebidas das mais variadas formas pelos diferentes intervenientes sociais.

Há cientistas sociais e investigadores que falam da sociedade da informação como uma certa forma de ideologia, que nesta perspectiva poderá ser importante estudar e explorar. Assim, este estudo pretende fazer uma reflexão sobre a sociedade da informação centrada numa perspectiva sociológica de forma a identificar, confrontar e compreender relações e dinâmicas inerentes ao entendimento e percepção da sociedade da informação.

Importa analisar as contradições entre o que imaginamos ser e o que realmente são os factos (percepção da sociedade da informação) introduzidos pela revolução das TIC num contexto de uma economia globalizante.

A apropriação dos benefícios da sociedade da informação é fortemente determinada pela capacidade de podermos navegar numa área em que o processo de conhecimento nem sempre se apresenta linear e lógico e também pela capacidade de se vislumbrar para além do que parece ser evidente. Este estudo pretende contribuir nesse sentido.

Quem está na nova economia nascida com a chamada Revolução da Informação dá-se conta de múltiplos paradoxos que inspiraram nos últimos anos o pensamento de autores bastante controversos.

Na medida em que a disponibilidade da tecnologia aumenta e os custos diminuem, alguns autores preferem classificar as TIC como mercadorias (*commodities*), passando a ser cada vez menos determinantes do ponto de vista estratégico. Será que é mesmo assim?

As novas regras da concorrência, as transformações nos vários sectores, o funcionamento das novas empresas e ambientes operacionais interligados e em rede, as novas ferramentas de negócio electrónico (*e-business*) e administração pública electrónica (*e-government*), a universalidade do acesso e a exclusão social, etc., são alguns dos temas críticos na emergência da moderna Economia da Informação.

Hoje em dia são frequentes os produtos e serviços baseados na informação e no saber, de relevância económica crescente, que em virtude do seu baixo custo de reprodução e de distribuição lançam novos desafios, novas questões e novas oportunidades.

Dada a volatilidade observada neste sector da economia nos últimos anos, e os desafios que coloca à sociedade contemporânea, a APDSI propõe-se elaborar um estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal.

Desde o início dos anos setenta que se tem assistido em Portugal a uma sequência de iniciativas tecnológicas, tendentes à criação e manutenção de uma base de dados central de identificação civil fiável e segura. Mais recentemente, com o desenvolvimento das tecnologias de autenticação electrónica, têm surgido sucessivos projectos políticos, quase sempre adiados ou reinventados, de criação de um documento seguro e fiável de identificação digital de todos os cidadãos portugueses, baseado em cartões inteligentes.

A identificação digital é um instrumento essencial para a autenticação nacional e para a grande maioria das transacções decorrentes da actual sociedade da informação. As tecnologias associadas à identificação electrónica vêm-se tornando num instrumento privilegiado para o cidadão, ao mesmo tempo que é um requisito essencial para o desenvolvimento da Administração Pública Electrónica e um meio fidedigno de acreditação e certificação digitais necessárias ao desenvolvimento de toda a economia digital.

As novas aplicações associadas ao cartão de identidade digital, baseadas em tecnologia ubíqua, são cada vez mais uma oportunidade para a indústria de *software* e são uma esperança para o desenvolvimento de novas aplicações orientadas à mobilidade. Os custos e riscos dos vírus e roubos de identificação passaram a ser problemas quotidianos para toda a sociedade, o que torna a identificação digital uma prioridade para o desenvolvimento da sociedade da informação em clima de confiança.

Iniciou-se no final de 2005 um estudo sobre esta problemática, o qual integrará visões, não apenas tecnológicas, mas também legais, organizacionais e sociais.

A sociedade da informação e do conhecimento exige literacia digital em todo o espectro da sociedade. A aprendizagem embora possa ocorrer de forma quase espontânea em certas situações, como acontece com muitas crianças e muitos jovens confrontados com experiências de utilização muito cedo, requer na generalidade das situações padrão, formação devidamente orientada.

A oferta de formação nas matérias básicas das tecnologias de informação e das comunicações deverá ser universal. O sistema de ensino e a formação ao longo da vida devem proporcionar um conjunto de oportunidades suficiente para assegurar a literacia digital de toda a população.

A certificação de competências é um estímulo positivo à obtenção de níveis adequados de literacia digital com reconhecimento no mercado de trabalho.

Importa avaliar as implicações da literacia digital no êxito das reformas da administração pública electrónica, assim como no aumento da competitividade do tecido empresarial. A clarificação desta temática permitirá definir o adequado posicionamento da certificação de competências na melhoria da literacia digital.

Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

A Sociedade da Informação tem vindo a constituir nos últimos anos uma preocupação dos governos nacionais e comunitários, ocupando cada vez mais um lugar privilegiado nas agendas políticas.

Desde os modelos de governação mais centralizadores aos mais descentralizados ou federalistas, a Sociedade da Informação constitui sem dúvida um esforço colectivo de governos, mercado empresarial e população em geral.

O papel do Estado -- enquanto entidade consumidora, reguladora e financiadora das tecnologias da Sociedade da Informação -- é alvo de divergências e perspectivas muitas vezes contraditórias. Um Estado mais implementador ou mais regulador, uma soberania única ou partilhada e o papel da sociedade são algumas das visões de Governação que a APDSI se propõe estudar.

A Sociedade da Informação como potenciadora das actividades das ONGs

A emergência da consciência alargada da responsabilidade social, dos indivíduos e das organizações, vem indubitavelmente gerando um nível crescente de activismo social, contrapondo ao afunilamento de valores do neo-liberalismo económico uma sociedade de “causas”.

Esta Sociedade de “causas” instancia-se através da capacidade de mobilização social, da celeridade em “passar palavra”, do relacionamento social em rede fundado na dinâmica da concatenação oportunista de redes sociais individuais.

As Organizações Não Governamentais constituem-se fundamentalmente como híbridos entre esta concertação *ad-hoc* de vontades e as estruturas formais, persistentes no tempo, de cidadãos partilhando convicções com “leitura” social.

Esta perspectiva, os movimentos cívicos poderão ser significativamente potenciados, na sua latência e no seu impacto, pela universalidade social das tecnologias da informação e da comunicação.

A Sociedade da Informação, enquanto paradigma de organização social em rede, parece constituir o ambiente de eleição para a expansão do activismo social.

Será assim?

Tele-Medicina - Onde estamos e para onde vamos

Está provado que a Tele-Medicina contribui para a melhoria dos cuidados de saúde nas regiões interiores ou com menor densidade populacional, dado permitir colocar ao dispor dos utentes nessas regiões, especialidades médicas apenas disponíveis em centros de maior dimensão.

Em Portugal temos experiências muito bem sucedidas na utilização da Tele-Medicina, em diversas regiões do país, nomeadamente no Alentejo e na área metropolitana de Coimbra.

No entanto, ainda não estamos a aproveitar as potencialidades da Tele-Medicina como já é observado em outros espaços geográficos europeus e não só.

Pretende-se levar a cabo um estudo que retracte, em Portugal, as experiências em marcha e as planeadas para curto, médio prazo, com as respectivas sustentações e preocupações de índoles estratégicas, organizacionais, legais, financeiras e sociais.

Com este estudo pretende-se observar até que ponto Portugal está ou não no caminho das *melhores práticas* da implementação e utilização da Tele-Medicina e naturalmente, identificar um conjunto de caminhos e acções indispensáveis à sua expansão.

Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade

Existe uma responsabilidade da sociedade para com os cidadãos que por razões de ordem diversa têm necessidades especiais. O desenvolvimento da Sociedade da Informação traz benefícios e vantagens permitindo uma melhor integração daqueles cidadãos melhorando por outro lado a sua qualidade de vida e autonomia.

Os benefícios da Sociedade da Informação representam uma oportunidade de cidadania capaz de reduzir a exposição à exclusão e a uma maior integração na vida activa.

Pretende-se levar a cabo um estudo em que se inclua o levantamento das experiências em curso e o seu confronto com as expectativas existentes, bem como a identificação dos estrangulamentos processuais, regulamentares e organizacionais ao seu desenvolvimento.

O estudo deverá identificar um conjunto de objectivos para o pleno aproveitamento dos benefícios da Sociedade da Informação por parte dos cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade.

O Consumidor na Sociedade da Informação

A Sociedade da Informação (SI) tem vindo a suscitar um conjunto de questões relativas ao posicionamento e defesa do consumidor.

Temas como as compras à distância, protecção em caso de incumprimento, aquisição de serviços da SI, protecção de dados pessoais e muitas outras, levam a que se considere oportuno uma reflexão alargada sobre esta problemática.

Esta reflexão, concretizada numa conferência nacional, constitui uma primeira fase de um estudo a desenvolver em futuros planos de actividade.

Um parlamento utilizando as mais modernas tecnologias da Sociedade da Informação é um instrumento dinamizador do contacto sistemático entre eleitores e eleitos.

É ainda um importante contributo para o reforço da democracia.

No contexto existente neste início do século XXI, em que a Sociedade da Informação e do Conhecimento reforça a sua imagem e atinge níveis de penetração na sociedade portuguesa já com alguma relevância. A penetração da Internet já ultrapassa 40% e apresenta ritmos de crescimento elevados que mostram que o acesso à Internet deixou de ser um privilégio de minorias.

A análise de experiências nos nossos parceiros da União Europeia e noutros países, em que o nível de maturidade e de experiência efectiva ultrapassa o estágio em que nos encontramos, será de grande utilidade na definição de uma abordagem correcta desta questão que não deixa de apresentar alguma sensibilidade política.

Pretende-se levar a cabo um estudo em que se inclua o levantamento das experiências internacionais e o seu confronto com as expectativas existentes no contexto nacional, assim como a identificação dos estrangulamentos processuais, regulamentares e organizacionais ao seu desenvolvimento. O estudo deverá estabelecer um conjunto de objectivos para o pleno aproveitamento da Parlamento Electrónico no contexto nacional.

Usabilidade

A facilidade de utilização, denominada usabilidade, de uma aplicação está directamente relacionada com as características dos Humanos ao nível cognitivo e ao nível dos aparelhos motores e da percepção. A falta de conhecimento nestas áreas, por parte dos profissionais da indústria de *software* é uma das causas importantes para o insucesso dos produtos e sistemas informáticos.

A maioria dos cursos de engenharia informática têm vindo a adoptar, nos seus programas, disciplinas de Interface Pessoa - Máquina, nas quais essas matérias são aprendidas, estando essa tendência a reforçar-se no âmbito da Declaração de Bolonha. No entanto, muitos gestores de projectos ainda não adquiriram sensibilidade para este tipo de problema.

As maiores empresas da indústria de *software* nacional têm vindo, ainda que de um modo tímido, a contratar especialistas em Usabilidade e a introduzir nos seus processos produtivos essa preocupação.

Com o objectivo de avaliar a situação na indústria de *software* nacional e de promover a área da Usabilidade e do desenho (*design*) universal, será efectuado um estudo sobre o nível de desenvolvimento da área em Portugal.

2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS

A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da Sociedade da Informação

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da sociedade da informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TIC como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

Fazer crescer o mercado da Sociedade da Informação em Portugal

A sociedade da informação e do conhecimento tem a faculdade de gerar benefícios incalculáveis para os cidadãos no acesso à administração pública, educação, cultura, investigação científica, cuidados de saúde interactivos, lazer e grande diversidade de meios de entretenimento.

Para que esses benefícios potenciais possam ser apropriados pelos cidadãos no seu dia a dia é necessário que estes tenham meios para aceder a esse enorme volume de informação de forma fácil, rápida e a custo acessível.

Apenas um mercado dinâmico e alargado tem condições de suportar os investimentos que estão na base dessa grande riqueza potencial de que os cidadãos serão os principais beneficiados, bem como naturalmente os restantes intervenientes no mercado.

Assim, identificar e assegurar os compromissos que conduzam ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal é uma opção estratégica que contribuirá para o crescimento económico sustentado e a modernidade do país e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Serão signatários organismos da administração pública, associações cívicas, operadores de telecomunicações, empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de informática e Universidades que adiram aos princípios da carta de compromisso.

Esta acção será uma homenagem póstuma ao Dr. Raúl Junqueiro e foi proposta ao Governo.

Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação

Neste estudo pretende-se analisar as opções estratégicas, desempenho económico, modelos de decisão, concorrência, regulação, orientação da despesa pública, eficácia e eficiência dos investimentos essenciais à construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta reflexão é de grande relevância num contexto de opções políticas que envolvam o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento numa perspectiva estratégica.

Temos presente que o contributo desse desenvolvimento para a melhoria de produtividade, controlo da despesa pública e para a competitividade da economia portuguesa é inquestionável.

A gestão de direitos digitais - GDD (DRM - *Digital Rights Management*) é uma questão complexa envolvendo aspectos técnicos, jurídicos, legislativos, de harmonização internacional, entre outros e abrangendo áreas como as tecnologias de base, interoperabilidade entre suportes e equipamentos, conteúdos, *standards* nucleares, segurança, facilidade de utilização.

Importa que a GDD assegure a liberdade de escolha dos consumidores e num contexto de concorrência alargada, o que passa por uma aceitação generalizada no mercado, condição essencial do estímulo económico e social, para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de conteúdos e serviços on-line legais.

Embora o exercício dos direitos continue, em tese, a poder ser assegurado individualmente, a natureza intrínseca de produção digital e a diversidade dos modos da sua difusão, aliadas à evolução das tecnologias de comunicação e à multiplicação do número de utilizadores, impõe, na prática, um sistema de gestão colectiva dos direitos exclusivos.

Nesse sistema, os titulares de direitos autorizam as organizações de gestão colectiva a gerir os seus direitos, isto é, a vigiar as utilizações das suas obras, a negociar com os eventuais utilizadores, a conceder-lhes, mediante pagamento de uma remuneração apropriada, autorizações sujeitas a determinadas condições, e a gerir os proveitos daí decorrentes.

O estudo a desenvolver focar-se-á na análise situacional do tema, bem como na identificação das questões emergentes neste domínio.

O interesse nas soluções de *Software Livre* tornou-se inquestionavelmente global. Vários países, regiões e organismos referem o recurso a este tipo de soluções nas suas directivas estratégicas. Outros vêem no *Software Livre* uma oportunidade importante de desenvolvimento local de uma indústria de *software*.

Hoje em dia existem muitas organizações, algumas de grande dimensão, a nível nacional e internacional, do foro privado ou da administração pública, cujos sistemas mais críticos de negócio recorrem com sucesso a soluções de *Software Livre*. Permanece no entanto ainda em muitos casos uma falta de informação clara e objectiva sobre o que é de facto o *Software Livre*, quais as oportunidades para a utilização deste tipo de soluções, quais as suas vantagens, fraquezas e que critérios objectivos devem presidir à sua adopção.

Será que o *Software Livre* deve ser visto como uma “moda passageira” que se esvanecerá a mais ou menos curto prazo? Será que se trata de uma opção credível que deverá ser ponderada pelos responsáveis sobre tecnologias de informação?

É chegada a altura de, na sequência do estudo elaborado pela APDSI em 2004, se avaliarem através de um *workshop* as oportunidades e os constrangimentos do *Software Livre*, ponderando sobre algumas das suas expectativas e realidades.

A implementação do Plano Tecnológico (PT) reveste-se, sob diversas perspectivas, de grande importância estratégica ao nível nacional.

Nas vertentes do PT que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento e fortalecimento de capacidades da indústria nacional - em qualquer domínio das TIC - é oportuno e é necessário avaliar, sobretudo qualitativamente:

- de que forma e com que capacidades, pode a indústria nacional participar e beneficiar;
- que valor pode ser retido em Portugal através da participação da indústria nacional.

O estudo deverá produzir, entre outros resultados, uma grelha que permita mapear as competências de empresas sediadas em Portugal com as acções que se considerem necessárias para responder aos grandes projectos integrantes do Plano Tecnológico. Atendendo ao âmbito desta acção, a APDSI procurará conjugar esforços com outras entidades, numa perspectiva de parceria.

2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ponto de situação do *e-Government* em Portugal

A passagem de uma administração pública tradicional e burocrática para uma administração pública electrónica (*e-Government*) tem sido uma bandeira política dos governos em todo o mundo e Portugal não tem fugido a esta regra, mas a sua concretização efectiva tarda em acontecer, nomeadamente na utilização das novas tecnologias da sociedade da informação na prestação de serviços electrónicos que correspondam às necessidades básicas da vida dos cidadãos e das empresas.

Na sequência de idêntico *workshop* realizado em 2003 e 2005, importa continuar uma reflexão sobre os sucessos alcançados e os constrangimentos que ainda bloqueiam o desenvolvimento da administração pública electrónica no nosso país.

e-Justiça - O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação

Constatamos todos os dias a morosidade do sistema judicial, nomeadamente no encaminhamento e no desembaraço dos processos, na tomada de decisão, no controlo dos vários intervenientes e no acesso à informação pertinente. Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir de forma a melhorar o funcionamento da Justiça, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário. Torna-se urgente a adopção de sistemas de gestão documental e de fluxos de trabalho, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, de forma a tornar mais fluido e económico o funcionamento da Justiça em Portugal.

A APDSI juntou numa conferência os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Judiciário eficiente e de qualidade tendo por base o uso de serviços telemáticos. A conferência contou com a colaboração de juizes, magistrados, advogados, funcionários judiciais, associações cívicas e outros interessados na aceleração e automatização do funcionamento do aparelho judiciário.

Nesta segunda fase, dever-se-á privilegiar o desenvolvimento de uma análise mais profunda apontando caminhos para a potenciação dos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento no sector da Justiça, nomeadamente no aumento da celeridade processual de modo a que a “justiça” seja uma realidade no contexto de um Estado de Direito.

Administração Pública Local - Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação

Muitos dos serviços públicos são cada vez mais prestados no âmbito das regiões e das autarquias, confirmando a tendência descentralizadora das modernas administrações públicas. Paralelamente aos serviços de proximidade, os cidadãos e as empresas exigem cada vez mais serviços em linha, que tirem partido de todas as potencialidades que a sociedade da informação hoje nos oferecem.

Desta forma a administração pública regional e local estará a dar um importante contributo para a sua desburocratização e transparência, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para o reforço da cidadania.

Com o objectivo de contribuir para a discussão do impacto da Sociedade da Informação no âmbito da administração pública regional e local e dos seus agentes, de modo a que o cidadão possa vir a ter acesso a cada vez mais e melhores serviços públicos *on-line*, a APDSI propõe-se organizar um *workshop* sobre as perspectivas de desenvolvimento da Sociedade da Informação nas autarquias locais.

PPP - Parcerias Público-Privado, no contexto da Sociedade da Informação

Entende-se por parceria público-privada (PPP) o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado (Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril).

Em todos os tipos de PPP coexistem em maior ou menor grau três dimensões: a económica, a social e a tecnológica, sendo que as finalidades essenciais são o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por formas de controlo eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

No âmbito das PPP incumbe ao parceiro público o acompanhamento e o controlo da execução do objecto da parceria, de forma a garantir que são alcançados os fins de interesse público subjacentes, e ao parceiro privado cabe o financiamento e o exercício e a gestão da actividade contratada, sendo que o parceiro público garante ao privado uma margem mínima de lucro no empreendimento, desde que o parceiro privado cumpra as exigências acertadas no contrato.

A favor das PPP refere-se à possibilidade de o sector privado transferir para o sector público características estimuladoras da inovação e de capacidade de gestão, a libertação de recursos para investimentos noutras áreas e, ainda, a distribuição de riscos entre as partes, procurando afectá-los à parte que tem os menores custos para os suportar.

Há no entanto que ter em conta que enquanto o sector privado possui objectivos primordialmente económicos, os objectivos finais do sector público são basicamente sociais. Importante, também realçar a tensão entre os valores de flexibilidade e responsabilização, e os diferentes pesos atribuídos a esses valores entre os sectores público e privado, claramente identificáveis em termos do tratamento de temas como conflitos de interesse, actividades políticas, normas e procedimentos, pessoal e processos de tomada de decisão.

Desde há cerca de quinze anos, as PPP conhecem uma forte expansão na União Europeia, tendo também tido lugar em Portugal diversas aplicações deste modelo, ainda que em áreas distintas da Sociedade da Informação.

Importa analisar o conceito e as experiências que já tiveram lugar, e reflectir sobre aspectos como o enquadramento dos procedimentos de selecção do parceiro privado; o papel dos parceiros na definição, concepção, realização, aplicação e no financiamento; a distribuição dos riscos.

Segurança e privacidade electrónicas no âmbito da Administração Pública

Para qualquer organização moderna, reveste-se de enorme importância a protecção dos seus activos - tanto para assegurar a normalidade operacional, como para assegurar adequada continuidade do seu negócio em caso de desastre.

A informação é, na maior parte dos casos, o activo mais importante da organização e, como tal, deve ser protegida de acesso e manipulação e uso indevidos, de modo a garantir-se a sua confidencialidade, integridade, consistência e utilidade.

Por outro lado, pelo posicionamento da Administração Pública relativamente aos cidadãos, esta tem forçosamente que adoptar práticas e soluções que assegurem elevados níveis de protecção (incluindo a protecção da privacidade de informação individual).

De um modo geral, há que fazer convergir regras e acções no sentido de uma cultura de confiança favorável ao relacionamento e ao negócio electrónicos.

Importa “fotografar”, com a nitidez possível, a situação actual no âmbito da Administração Pública, e produzir recomendações que possam ser tidas em conta no cenário actual.

Reinventar um grande processo básico da Administração Pública

A Administração Pública continua a ser uma dificuldade e a induzir um custo de contexto para os cidadãos e agentes económicos, sempre que está em causa a resolução de alguns dos processos básicos do nosso quotidiano.

As tecnologias da sociedade da informação vieram questionar muitas das formas de trabalhar e de resolver problemas da nossa vida, mas na maioria dos casos elas são utilizadas como simples forma de automatizar processos antigos e burocráticos da era do papel, mantendo intactas algumas das estruturas e métodos de trabalho.

A APDSI tem mantido viva a preocupação de apresentar propostas concretas de resolução dos problemas que se colocam na maioria dos processos básicos que embaraçam a vida dos cidadãos e dos agentes económicos.

Tem-se verificado a necessidade de repensar alguns dos processos básicos mais críticos identificados em alguns dos trabalhos anteriores promovidos pela APDSI, pois a tecnologia de hoje já não é um mero instrumento, mas uma nova forma de sonhar o nosso futuro.

Este ano, a APDSI propõe-se levar a cabo um estudo aprofundado que seja capaz de mobilizar a criatividade dos seus sócios e contribuir para a reinvenção de um processo básico da Administração Pública de impacto na relação com os cidadãos e agentes económicos, com efeito demonstrativo e mobilizador.

2.4. ACTIVIDADES REGULARES

Este encontro vem na continuidade dos encontros realizados em 2002, 2003, 2004 e 2005, e tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que, de diferentes perspectivas, possam, em conjunto, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto e que nos coloca perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se continuar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e tornar endógenos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento. Discutir ideias baseadas em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papéis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a sociedade como um todo influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias e noutra sentido explorar de que forma estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, de diferentes grupos sociais, dos agentes económicos e das instituições em geral.

Os resultados destas reflexões, sob a forma de conclusões do encontro, serão entregues aos Grupos Parlamentares, Membros do Governo, empresas e instituições associadas, para além da divulgação através da Internet e da Comunicação Social. Assim, trata-se de um contributo da Associação para que o País não desperdice as oportunidades emergentes.

*Forum da Arrábida - Repensar a
Sociedade da Informação
e do Conhecimento*

- *Segurança, Privacidade
e Identidade Digital*

Prémios e Homenagens “Sociedade da Informação”

Estes prémios e homenagens enquadram-se no espírito das mais variadas iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Os Prémios “Sociedade da Informação” - Prémio “Personalidade do Ano” e Prémio “Editorial” - serão entregues em cerimónia conjunta.

Na mesma cerimónia será também feita a homenagem a “Uma Vida”.

Prémio
"Personalidade do Ano
no domínio da
Sociedade da Informação"

Este prémio tem por objectivo destacar e galardoar anualmente a personalidade que se tenha distinguido pelo seu contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio de: Oracle, Sun Microsystems e do Jornal Expresso.

Prémio
"Editorial APDSI -
Sociedade da Informação"

Este prémio enquadra-se no espírito das mais variadas iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da SI e destina-se a estimular a publicação de trabalhos na imprensa escrita, enquanto contributo para o progresso da Era da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da Oracle Portugal Sistemas de Informação e da Sun Microsystems Portugal sendo admitidos a concurso os trabalhos produzidos na imprensa, nacional e regional, durante o ano de 2005.

A apreciação do contributo de cada trabalho para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, contemplará, para além da qualidade geral do trabalho, os seguintes aspectos:

- Inovação, criatividade e descoberta na abordagem do tema
- Contributo para a visibilidade e aplicabilidade dos benefícios da Sociedade da Informação
- Relevância social, económica, cultural e tecnológica
- Contextualização de impactos
- Grau de profundidade da investigação jornalística patente no trabalho

Homenagem a "Uma Vida"

Esta actividade tem por objectivo homenagear postumamente uma personalidade que ao longo da sua vida se tenha distinguido pelo seu contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.

Internacionalizar a actividade da APDSI

Sendo a Sociedade da Informação eminentemente global, importa que a Associação estabeleça contactos internacionais com associações, outras organizações sem fins lucrativos, e outras entidades de forma a acompanhar a evolução nos mais diversos domínios do desenvolvimento da sociedade da informação.

Actualmente a APDSI é a representante de Portugal na *International Federation for Information Processing (IFIP)*.

Olimpíadas da Informática

Na continuação de uma actividade inicialmente conduzida pela Associação Portuguesa de Informática (API), a APDSI assumiu a continuidade da realização das Olimpíadas Nacionais de Informática, um concurso de programação dirigido aos alunos das escolas secundárias e a participação da equipa vencedora dessas Olimpíadas nas Olimpíadas Internacionais de Informática, a realizar num país anfitrião.

A componente técnica desta actividade é assegurada, mediante a formalização de protocolo, sob a responsabilidade do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento

A primeira actividade pública da APDSI foi a realização de um debate com os Partidos Políticos sobre as “Estratégias para a Sociedade da Informação” em 12 de Março de 2002, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas desse ano.

Entendeu-se de interesse a realização de uma actividade sobre o mesmo tema a meio do mandato do Governo que resultou dessas eleições. Esse debate ocorreu, por razões de carácter simbólico, a 12 de Março de 2004 no mesmo local da iniciativa original.

Durante o período de campanha eleitoral em 2005 o debate foi de novo levado a cabo, dentro do mesmo espírito de intervenção pública da sociedade civil no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta iniciativa voltará a realizar-se em futuros períodos eleitorais, e a meio da legislatura para avaliação das políticas governamentais no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Barómetro da Sociedade da Informação

O desenvolvimento da Sociedade da Informação constitui indubitavelmente um elemento chave no posicionamento competitivo das Nações no contexto da globalização.

Na inexistência de um acompanhamento estatístico sistemático não temos tido no nosso País uma percepção clara da evolução que se verifica em componentes importantes da realização de avanços no domínio da Sociedade da Informação em Portugal.

A APDSI, em colaboração com o jornal "Expresso", propõe-se manter um Barómetro regular baseado num inquérito trimestral a um painel alargado, estável, de especialistas com o objectivo de obter uma síntese abrangente da percepção qualitativa geral acerca do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Grupo de Alto Nível

O Grupo de Alto Nível (GAN) tem a missão de facultar à Associação, de uma forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa da acção dos Órgãos de Soberania e de outras iniciativas relevantes na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O GAN contará como principais padrões de referência: o programa eleitoral, as Grandes Opções do Plano e o programa do Governo, estudos e estatísticas nacionais, da Comissão europeia, da OCDE, da UNESCO, e outros documentos que se julguem pertinentes.

O GAN é composto por um número ímpar de membros, seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que aceitem colaborar com a APDSI, colocando o seu conhecimento, a sua experiência e esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

A experiência e responsabilidades profissionais (presentes e passadas) dos membros, deverão constituir o principal valor do GAN - procurando-se que estejam representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesa.

O GAN produzirá periodicamente um documento de posição sobre um tema de interesse nacional, procurando-se sempre que o mesmo seja pertinente, actual e relevante relativamente à Sociedade da Informação. A acção do GAN constituirá uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar e/ou ajustar acções que o Governo esteja a desenvolver ou a planear, e que tenham impacto na Sociedade da Informação.

Essa acção é levada a cabo numa manifestação clara de cidadania, e aderindo obviamente aos objectivos da APDSI.

Grupos especializados no âmbito da APDSI

É importante para a APDSI que as diferentes áreas de actividade e sectores sociais que lideram a emergência da Sociedade da Informação, bem como os enquadramentos político-sociais estrutural ou conjunturalmente relevantes, sejam acompanhados de uma forma sistemática, permanente e cuidada. Só assim, de uma forma descentralizada e multidisciplinar, será possível à APDSI criar as condições para emitir com oportunidade e rigor comentários e sugestões públicos sobre os diversos aspectos que afectam o desenvolvimento da sociedade da informação em áreas específicas com impacto no quotidiano dos cidadãos, das empresas e da administração pública.

Como alvo de acompanhamento sistemático, foram identificadas como prioritárias, as áreas temáticas “Comércio Electrónico”, “Educação”, “Justiça” e “Saúde”. Perspectiva-se assim a criação de quatro grupos permanentes, internos à Associação, para assegurar em cada área referida os objectivos gerais enunciados.

Criar no contexto da APDSI, de modo descentralizado (segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de (Grupos Especializados), um grupo especializado que assegure com permanência o acompanhamento da APDSI à temática do Comércio Electrónico. O grupo deverá produzir, no mínimo, um documento de posição anual sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

**Grupo especializado
na área do
Comércio Electrónico - GEC**

Criar no contexto da APDSI, de modo descentralizado (segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de (Grupos Especializados), um grupo especializado que assegure com permanência o acompanhamento da APDSI à temática da Educação.

**Grupo especializado
na área da Educação - GEE**

O grupo deverá produzir, no mínimo, um documento de posição anual sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

Criar no contexto da APDSI, de modo descentralizado (segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de (Grupos Especializados), um grupo especializado que assegure com permanência o acompanhamento da APDSI à temática da Justiça.

**Grupo especializado
na área da Justiça - GEJ**

O grupo deverá produzir, no mínimo, um documento de posição anual sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

Criar no contexto da APDSI, de modo descentralizado (segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de (Grupos Especializados), um grupo especializado que assegure com permanência o acompanhamento da APDSI à temática da Saúde.

**Grupo especializado
na área da Saúde - GES**

O grupo deverá produzir, no mínimo, um documento de posição anual sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

Boletim Digital da APDSI

O nível de maturidade atingido pela APDSI e a dimensão, já considerável, da sua base de sócios aconselham a criação de um veículo estruturado de comunicação com os seus associados, nomeadamente os individuais.

Os conteúdos a disponibilizar serão fundamentalmente de dois tipos, os relativos à evolução da Sociedade da Informação e às iniciativas com ela relacionadas, seja a nível nacional, seja internacional e a divulgação das actividades da APDSI.

A periodicidade do Boletim será mensal.

World Internet Project

Este projecto foi lançado no “*Center for Communication Policy Studies*” na UCLA, em colaboração com a NTU “*School of Communication Studies*” em Singapura e o “*Osservatorio Internet Itália*” da Universidade Bocconi em Milão, tendo por objectivo acompanhar, investigar e documentar as transformações nas várias esferas - política, social e económica - da vida privada e colectiva induzidas pelo uso da Internet pelas famílias e pelas nações.

Com esse objectivo vem sendo montada uma rede de colaboração com organizações de múltiplos países tendo em vista alargar a capacidade de recolha de informação e globalizar a base de observação.

A APDSI propõe-se aprofundar esta possibilidade de integrar a rede do projecto oferecendo o contributo dos seus associados como fontes de informação sobre a evolução no espaço nacional, colaborando ainda na divulgação dos resultados do projecto.

Prémio "MaisÀFrente"

Este prémio destina-se a premiar, com uma bolsa de mestrado, um aluno finalista de Engenharia Informática e cursos afins reconhecidos pela Ordem dos Engenheiros, com base na classificação de curso, actividades extracurriculares, curriculum vitae e cartas de recomendação.

O Júri desta acção é constituído por personalidades do meio académico e profissional convidadas pela APDSI. O mesmo é presidido por um representante da APDSI, que procederá à ordenação dos candidatos, não sendo as suas decisões susceptíveis de recurso.

Leis Portuguesas na Sociedade da Informação e do Conhecimento

A realização de um conjunto de três sessões sobre este tema no mês de Dezembro de 2005, em iniciativa conjunta da Ordem dos Advogados e da APDSI, conduziram à constatação de que não só havia interesse em aprofundar os temas então abordados (criminalidade informática, comércio electrónico e direito de autor) como em debater outras questões no mesmo âmbito.

A APDSI, contando com a colaboração inestimável da Ordem dos Advogados, propõe-se realizar regularmente sessões de debate no decurso do ano de 2006, em que sejam abordadas outras matérias relevantes para a Sociedade de Informação, como a gestão de nomes de domínio, a protecção de dados pessoais, a privacidade e a informatização dos tribunais, entre outros.

2.5. OUTRAS ACTIVIDADES

Bolsa de
equipamento informático
usado,
para fins de natureza social

A evolução dos sistemas operativos, as exigências impostas pelo *software* aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas por renovação de parques informáticos empresariais. Assim os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na administração pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas para fins com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser utilmente encaminhados para usos alternativos em ambientes menos exigentes. Deste modo, faz todo o sentido, numa perspectiva abrangente, encontrar meios para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas, e outras organizações com fins não lucrativos.

Para que este programa atinja os seus fins poderá ser útil um acordo prévio com potenciais entidades ofertantes sobre as condições mínimas de funcionalidade dos equipamentos, podendo ser útil a pré-instalação de aplicações para fins sectoriais (lares de terceira idade, jardins escolas, colectividades de cultura e recreio, entre outras) quando disponíveis.

A criação de condições que permitam conjugar a oferta (Empresas e AP) com a procura (instituições de natureza social), poderá ser conseguida pela criação de uma "bolsa" de equipamento, baseada em meios electrónico, acessível e actualizável pelas diversas entidades, acção que constitui objectivo desta iniciativa da APDSI.

Acção que corresponde à definição, à construção e à montagem dos processos operacionais que assegurem um funcionamento de rotina.

Inclui a procura de um Parceiro que disponibilize um mercado electrónico (*e-marketplace*) para hospedar as informações relativas à Bolsa, e dinamização de uma comunidade inicial de doadores e beneficiários.

Bolsa de
equipamento informático
• Definição, Construção e
Montagem

Acção continuada de Gestão operacional do funcionamento da Bolsa.

Inclui:

- Acreditação de doadores;
- Acreditação de beneficiários,
- Relacionamento operacional com doadores e com beneficiários;
- Relacionamento com parceiro;
- Manutenção da presença no mercado electrónico (*e-marketplace*).

Bolsa de
equipamento informático
• Gestão da Bolsa

Compilação em CD de
documentos internacionais
de referência
no domínio da
Sociedade da Informação

A maior parte dos países e muitas das organizações internacionais têm produzido nos últimos anos um grande número de documentos de referência sobre a sociedade da informação e em particular sobre a transformação das administrações públicas através das tecnologias da informação e comunicação.

As universidades e os próprios fornecedores de tecnologia e serviços da sociedade da informação têm tido um papel activo na produção de documentos importantes para o conhecimento desta área.

A APDSI irá editar um CD que incluirá milhares de documentos de referência em texto integral e centenas de *links* importantes sobre a sociedade da informação e em particular no domínio da Administração Pública electrónica (*e-Government*), que irão decerto contribuir para melhorar o conhecimento nestas áreas.

Participação de Portugal na IFIP

Em Setembro de 2005 a APDSI foi aceite como representante de Portugal na *International Federation for Information Processing* (IFIP), uma das mais antigas e prestigiadas agremiações internacionais no domínio das Tecnologias da Informação.

Importa agora potenciar e valorizar a participação portuguesa nessa federação, mediante o envolvimento de cientistas e membros oriundos dos meios empresariais nas suas actividades e, nomeadamente, nos Comités Técnicos e Grupos de Trabalho e, ainda, promovendo a realização de eventos de natureza científica e técnica no nosso País.

Com atingir estes objectivos a APDSI criou uma estrutura de coordenação, o Grupo de Coordenação IFIP (GCI).

Portal KAFKA

No âmbito do grupo de estudo da APDSI “Acompanhamento e monitorização dos processos básicos da Administração Pública de interesse para o cidadão e agentes económicos”, foi decidido inventariar um conjunto de vivências pessoais dos cidadãos portugueses e em particular dos sócios da APDSI, nas suas relações com a Administração Pública.

Pretende-se dinamizar a participação da comunidade para contrapor cenários de futuro baseados nas tecnologias da Sociedade da Informação como resposta a algumas das experiências *kafkianas* apresentadas pela sociedade em geral.

Comemorações dos "Dez anos da Sociedade da Informação em Portugal"

A APDSI teve a sua Assembleia Geral Constituinte em Dezembro de 2001 e iniciou as suas actividades no começo de 2002, cinco anos depois de a Sociedade da Informação (SI) ter começado a ter visibilidade em Portugal e cinco anos depois da publicação da "Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal".

Qualquer uma destas efemérides é digna de realce, mas a sua coincidência temporal nos finais de 2006 e princípios de 2007 levou a APDSI a planear um conjunto de actividades destinadas a comemorar estes aniversários: dez anos da SI em Portugal, dez anos da publicação do Livro Verde e o seu próprio quinto aniversário.

Entre essas actividades destacam-se, desde já, as seguintes: a publicação de um livro sobre a SI em Portugal, um ciclo internacional de conferências sobre a SI, uma emissão filatélica subordinada ao mesmo tema, entre outras de que se irá dando oportunamente conhecimento.

Livro “A Sociedade da Informação em Portugal”

Integrado nas comemorações de “A Sociedade da Informação em Portugal”, irá ser editado um livro com a participação de personalidades convidadas que acompanharam e contribuíram para este período de transformação da sociedade portuguesa.

O Livro “A Sociedade da Informação em Portugal” terá cerca de vinte a trinta capítulos cobrindo os aspectos mais relevantes deste domínio, numa perspectiva de oferecer uma visão objectiva do passado e presente e, ainda, uma prospectiva de futuro em Portugal.

O livro será editado em Março de 2007.

Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”

O conceito de Sociedade da Informação é relativamente recente, muito havendo ainda a reflectir e a analisar no que toca à sua implantação e à sua evolução. Não há no entanto muitas dúvidas do seu impacto a nível global e da sua influência transversal em todos os grupos sociais, profissionais e em todas as actividades económicas.

Em complemento dos Encontros da Arrábida, que se assumem como um “processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e tornar endógenos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento”, importa recolher contributos, nomeadamente de origem internacional que dêem pistas para uma prospectiva da evolução da Sociedade da Informação.

Página em branco, por razões de paginação

3. CONCLUSÕES

Página em branco, por razões de paginação

O programa de actividades deste ano prossegue na linha de continuidade das acções levadas a cabo em anos anteriores. Aproximam-se os “Dez Anos da Sociedade da Informação em Portugal” que procuraremos comemorar condignamente em 2007.

O esforço neste ano concentrar-se-á em reforçar a robustez da APDSI pelo aumento da massa associativa individual e de uma melhoria da cobertura das empresas dos sectores das tecnologias da informação e das comunicações, da consultoria especializada nesses domínios e de algumas empresas dos *media*, como sócios institucionais, que já hoje apresenta indicadores notáveis.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Os prémios “Personalidade do Ano da Sociedade da Informação”, “Uma Vida” e “Editorial”, com patrocínios já assegurados e apoio de um grande órgão de comunicação social, irão continuar a dar um contributo decisivo para a mediatização dos objectivos da Associação. Idêntico resultado espera obter-se com a actividade do “Grupo de Alto Nível”.

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar aquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos, instituições públicas e sociedade em geral.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar. Nesse sentido, a APDSI irá prosseguir uma política de atracção de ‘Patrocínios Globais’, não adstritos a actividades específicas, como forma de financiamento de iniciativas que pela sua natureza não devam ter patrocínios directos associados. Iniciativas como o “Barómetro da Sociedade da Informação” ou o “Grupo de Alto Nível”, fazem parte desta categoria de actividades.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar. Estamos perante um desafio em que Portugal e a sua sociedade civil têm uma missão a desempenhar para assegurar o seu próprio futuro.

A prossecução deste conjunto de actividades representa o compromisso da APDSI com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o aumento de competitividade dos agentes económicos portugueses, que julgamos ser possível apenas através da absorção dos paradigmas da sociedade da informação e do conhecimento, num contexto democrático e de economia aberta.

APDSI

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA
INFORMAÇÃO

Madan Parque - PCTAS, Edifício VI
Campus da Caparica, Monte de Caparica
2829-516 Caparica - Portugal

Tel.: +351 212 949 606

Fax: +351 212 949 607

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: www.apdsi.pt